Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

(CNPJ: 17.870.733/0001-80)
(Administrado pelo BRL Trust Investimentos Ltda.
CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Demonstrações das posições financeiras **7**

Demonstrações dos resultados **8**

Demonstrações dos resultados abrangentes **9**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto **11**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **12**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
Caixa Postal 79518 - CEP 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e à Administração do
Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo"), administrado pela BRL Trust Investimento Ltda. ("Administração"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor justo de investimento em ações de companhias fechadas (notas explicativas nº 3.e e nº 7)
Em 31 de dezembro de 2024, o Fundo possuía 65,34% de seu patrimônio líquido representado por investimento em ações de companhias fechadas, sem cotação em bolsa ou mercado ativo, mensuradas pelo seu valor justo, determinado com base em laudo de avaliação econômico financeira, elaborado por avaliador independente, que utiliza, entre outros, premissas e dados, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e de inflação, perpetuidade e projeções de fluxos de caixa. Esse investimento possui risco de distorção relevante, em função da determinação do seu valor justo envolver premissas, dados e uso significativo de julgamentos, bem como incertezas em relação à sua realização. Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor justo dessas ações e do impacto que eventuais mudanças nas premissas e nos dados do laudo de avaliação econômico financeira, bem como as incertezas em relação à sua realização, que teriam sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:
Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- Avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e a consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses julgamentos e premissas, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e de inflação, perpetuidade, projeções de fluxos de caixa, entre outros;
- Analisamos, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, a adequação dos cálculos matemáticos incluídos no laudo de avaliação; e
- Avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Fundo.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a mensuração e a divulgação do valor justo dos investimentos, os quais não foram registrados pelo Fundo.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são aceitáveis os critérios utilizados na mensuração e o nível de divulgação dos investimentos em ações de companhias fechadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Responsabilidade da administração do Fundo pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

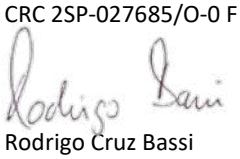
KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

PATRIA INFRAESTRUTURA III FIP FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ: 17.870.733/0001-80)
(Administrado pelo BRL Trust Investimentos LTDA – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações das posições financeiras
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto as quantidades)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024			31/12/2023		
		Quantidades	Valor contábil	% sobre PL do Fundo	Quantidades	Valor contábil	% sobre PL do Fundo
Circulante			**1**	**0,00%**		**68.124**	**2,30%**
Caixa e equivalente de Caixa			**1**	**0,00%**		**68.124**	**2,30%**
Disponibilidades			**-**	**0,00%**		**1**	**0,00%**
Banco BRL DTVM S.A.	4		-	0,00%		1	0,00%
Cotas de fundo de investimento		**0**	**1**	**0,00%**	**24.911**	**68.123**	**2,30%**
FI RF BRL Referenciado DI	4	0	1	0,00%	24.911	68.123	2,30%
Realizável a longo prazo			**4.408.598**	**166,15%**		**4.172.345**	**140,66%**
Títulos de renda fixa							
Debêntures	5	**1.446.333**	**2.428.237**	**91,51%**	**1.165.438**	**1.883.628**	**63,50%**
Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A.		31.500	815.841	30,75%	31.500	716.520	24,16%
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.		709.235	821.300	30,95%	380.225	380.685	12,83%
Infraestrutura Brasil Holding III S.A.		690.000	770.096	29,02%	690.000	690.419	23,28%
Energia Emergencial Móvel Participações S.A.		15.598	21.000	0,79%	63.713	96.004	3,24%
Cotas de fundo de investimento em Participações	6	**28.926**	**45.795**	**1,73%**	**28.926**	**42.044**	**1,42%**
Entrevias Coinvestimento FIP Multiestratégia		28.926	45.795	1,73%	28.926	42.044	1,42%
Participações em Companhias Investidas	7	**1.044.265.124**	**1.733.821**	**65,34%**	**1.009.422.501**	**1.998.726**	**67,38%**
Califórnia Infraestrutura Holding S.A.		518.079.457	838.419	31,60%	518.079.457	734.631	24,77%
Administradora Geral de Estacionamento S.A.		239.773.451	796.702	30,03%	239.773.451	772.363	26,04%
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.		135.740.344	98.700	3,72%	135.740.344	444.732	14,99%
Infraestrutura Brasil Holding III-A S.A.		47.000.000	-	0,00%	47.000.000	47.000	1,58%
Energia Emergencial Móvel Participações S.A.		34.599.605	-	0,00%	34.599.605	-	0,00%
VG Telecom S.A.		35.666.990	-	0,00%	34.229.244	-	0,00%
Infraestrutura Brasil Holding XXVIII S.A.		33.405.277	-	0,00%	400	-	0,00%
Outros valores a receber			**200.745**	**7,57%**		**247.947**	**8,36%**
Adiantamento de projetos			37.607	1,42%		37.418	1,26%
Earn-out Entrevias	7.1		163.124	6,15%		210.516	7,10%
Outros créditos			14	0,00%		13	0,00%
Total do ativo			**4.408.599**	**166,15%**		**4.240.469**	**142,96%**
Passivo							
Circulante			**158.240**	**5,96%**		**1.274.268**	**42,96%**
Valores a pagar			**158.240**	**5,96%**		**139.218**	**4,69%**
Taxa de administração e gestão			4.555	0,17%		2.133	0,07%
Auditoria e custódia			158	0,01%		176	0,01%
Serviços contratados pelo Fundo			688	0,03%		48	0,00%
Despesas operação Califórnia	5		148.809	5,61%		130.693	4,41%
Outros valores a pagar			4.030	0,15%		4.146	0,14%
Amortização de cotas			-	0,00%		2.022	0,07%
Exigível a longo prazo			**1.596.922**	**60,18%**		-	0,00%
Antecipação de recebíveis			**1.596.922**	**60,18%**		**1.135.050**	**38,27%**
Direitos creditórios de debêntures	24		1.596.922	60,18%		1.135.050	38,27%
Patrimônio líquido			**2.653.437**	**100,00%**		**2.966.201**	**100,00%**
Total do passivo + patrimônio líquido			**4.408.599**	**166,15%**		**3.105.419**	**142,96%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PATRIA INFRAESTRUTURA III FIP FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ: 17.870.733/0001-80)
(Administrado pelo BRL Trust Investimentos LTDA – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações dos resultados dos exercícos
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Ações de companhias abertas e fechadas		**(131.925)**	**284.032**
Resultado com valor justo das ações de companhias investidas	7.1	(95.871)	256.381
Resultado com Earn-out	7.1	(17.938)	210.516
Despesas operação Califórnia	7.1	(18.116)	(130.693)
Resultado nas negociações	7	-	(52.172)
Resultado com outros ativos financeiros		**64.714**	**(3.056)**
Receita com cotas de fundos de investimento referenciado	4	815	2.775
Receita com cotas de fundos de investimento em participações	6	4.558	1.096
Apropriação de rendimentos com Debêntures	5	279.373	139.704
Resultado com a venda de Debêntures	5	-	(146.631)
Antecipação de recebíveis	24	(220.032)	-
Demais despesas/receitas		**(10.053)**	**(16.006)**
Taxa de administração e gestão	11 I 12	(8.404)	(8.960)
Serviços contratados pelo Fundo	12	(1.180)	(648)
Auditoria e custódia	12	(281)	(540)
Taxa de fiscalização CVM	12	(57)	(477)
Outras despesas	12	(131)	(4.986)
Reversão de provisão de projetos	12	-	(550)
Outras receitas		-	155
Resultado do exercício		**(77.264)**	**264.970**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

15.598
1.507 23.503.378

PATRIA INFRAESTRUTURA III FIP FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ: 17.870.733/0001-80)
(Administrado pelo BRL Trust Investimentos LTDA – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	**(77.264)**	**264.970**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**
Resultado abrangente do exercício	**(77.264)**	**264.970**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PATRIA INFRAESTRUTURA III FIP FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ: 17.870.733/0001-80)
(Administrado pelo BRL Trust Investimentos LTDA – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações das mutações do patrimônio liquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Quantidade de Cotas	Cotas Integralizadas	Amortizações de cotas	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**2.950.798**	**3.930.408**	**(2.869.857)**	**8.513.524**	**9.574.075**
Integralizações de cotas	14.d	4.095	7.376	-	-	7.376
Amortizações de cotas	14.c			(6.880.220)	-	(6.880.220)
Resultado do exercício		-	-	-	264.970	264.970
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**2.954.893**	**3.937.784**	**(9.750.077)**	**8.778.494**	**2.966.201**
Amortizações de cotas	14.c	-	-	(235.500)	-	(235.500)
Resultado do exercício		-	-	-	(77.264)	(77.264)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**2.954.893**	**3.937.784**	**(9.985.577)**	**8.701.230**	**2.653.437**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PATRIA INFRAESTRUTURA III FIP FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(CNPJ: 17.870.733/0001-80)
(Administrado pelo BRL Trust Investimentos LTDA – CNPJ: 23.025.053/0001-62)

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resgate de cotas de fundos de investimento de renda fixa	4	815	2.775
Pagamento de taxa de administração e gestão		(5.981)	(7.683)
Pagamento de serviços contratados pelo Fundo		(540)	(600)
Pagamento de auditoria e custódia		(299)	(496)
Pagamento de taxa de fiscalização CVM		(57)	(477)
Pagamento diversos		(2.271)	(3.253)
Antecipação de recebíveis	24	272.101	1.135.050
Outras receitas		-	177
Adiantamento de Projetos		(189)	534
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**263.579**	**1.126.027**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Compra de ações de empresas investidas	7.1	(48.228)	-
Venda de ações de empresas investidas	7.1	-	5.251.918
Redução de capital de empresas investidas	7.1	217.262	377.000
Amortização de debêntures	5	72.500	-
Compra de títulos de renda fixa	5	(337.736)	(1.070.225)
Venda de títulos de renda fixa	5	-	687.321
Amortização de fundos de investimento em participações	6	-	34.849
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		**(96.202)**	**5.280.863**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de cotas		-	7.376
Amortização de cotas	14.c	(235.500)	(6.880.220)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos		**(235.500)**	**(6.872.844)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(68.123)**	**(465.954)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	4	68.124	534.078
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	4	1	68.124
Saldo de variação liquida de caixa e equivalentes de caixa		**(68.123)**	**(465.954)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 14 (quatorze) anos, contados da data de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), prazo este que poderá ser prorrogado mediante proposta do Administrador e deliberação da Assembleia Geral de Cotistas. Iniciou suas atividades em 30 de junho de 2014 e destina-se a um grupo restrito de investidores, considerados qualificados nos termos da Instrução CVM n° 30/21.

O objetivo do Fundo é buscar proporcionar a seus cotistas a valorização de capital a longo prazo por meio de investimento nos valores mobiliários, de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas brasileiras (as "Companhias Alvo", quando referidas anteriormente ao investimento pelo Fundo, ou "Companhias Investidas" após receberem qualquer aporte de recursos do Fundo), que devem atuar no segmento de infraestrutura, que inclui, mas não está limitado, a transporte, óleo, gás, tratamento de água e efluentes, distribuição e transmissão de energia, bem como serviços correlatos, e demais segmentos que o administrador entenda estar de acordo com o objetivo do Fundo.

Os valores mobiliários serão ações, certificados de deposito de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confiram o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários das companhias investidas, inclusive representativos de participações em sociedades limitadas que o Administrador entenda possam ser convertidos em ativos de liquidez, e cuja aquisição esteja em consonância com os objetivos do Fundo.

As aplicações do Fundo não contam com a garantia do Administrador ou do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), e estão sujeitas a riscos de investimento, incluindo possibilidade de perda do principal investido.

A gestão de riscos do Administrador tem suas políticas aderentes as melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelos órgãos reguladores. Os principais riscos associados ao Fundo estão detalhados na nota explicativa n° 8.

A Instrução CVM n° 579 de 30 de agosto de 2016 ("ICVM 579"), classifica os Fundos de Investimento em Participações em duas diferentes categorias: entidades de investimento ou não entidade de investimento.

A Administração do Fundo, com base na Instrução CVM nº 579, avaliou e classificou o Fundo como "Entidade de Investimento" e por esse motivo elabora exclusivamente demonstrações financeiras individuais. A classificação foi definida considerando-se os seguintes julgamentos e premissas aplicáveis às entidades de investimentos, conforme definido pela referida norma:

(i) O Gestor tem plena discricionariedade para decidir e implementar a estratégia do Fundo e suas diretrizes de investimentos, e é autorizado pela CVM para o exercício profissional da atividade de Administração de Fundos de acordo com o Ato Declaratório nº 10.376 de 5 de maio de 2009

(ii) O objetivo do Fundo é obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em valores mobiliários de emissão de companhias abertas ou fechadas;

(iii) O regulamento estabelece que os valores mobiliários e os outros ativos deverão ser avaliados de acordo com seu valor justo; e

(iv) O regulamento do Fundo concede ao Administrador discricionariedade para decidir e implementar, a seu exclusivo critério, a estratégia e diretrizes de desinvestimento do Fundo nas sociedades investidas e estabelece os procedimentos a serem adotados para tal.

Adicionalmente, o Administrador do Fundo considerou as características típicas de entidade de investimento para a classificação do Fundo:

(i) O Fundo possui mais de um investimento, direta ou indiretamente;

(ii) O Fundo possui mais de um cotista, direta ou indiretamente;

(iii) Os cotistas não influenciam ou não participam da administração das entidades investidas ou não são partes ligadas aos administradores dessas entidades;

(iv) O Fundo possui investimento em entidades nas quais os cotistas não possuíam qualquer relação societária, direta ou indiretamente, previamente ao investimento do Fundo.

A ausência de uma ou mais características típicas citadas acima, entretanto, não desqualifica o Fundo da categoria de entidade de investimento. De acordo com a ICVM n° 579, o Administrador ainda poderá determinar que o Fundo se qualifica como entidade de investimento a partir da análise dos efeitos econômicos agregados de suas operações, mesmo que uma ou mais características mencionadas acima não estejam presentes.

2. Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações, especificamente nas Instruções CVM nº 175/22 e CVM nº 579/16, e demais orientações emanadas pela Comissão de Valores mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2025.

3. Descrição políticas contábeis materiais

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e cotas de fundos de investimento que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de resgate não superior a 90 dias a partir da data de aplicação.

c. Cotas de fundo de investimento

As aplicações em cotas de fundo de investimento são atualizadas, diariamente, com base no valor da cota

divulgado pelo administrador do Fundo onde os recursos são aplicados.

d. Cotas de fundos de investimento em participações

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas, diariamente, com base no valor da cota divulgada pelos seus administradores. Os investimentos do fundo referem-se à participação no capital social de empresas sem cotação em Bolsa de Valores, estando contabilizados primeiramente pelo custo de aquisição e atualizadas, periodicamente, mediante a reavaliação dos ativos da companhia investida por consultoria especializada independente, anualmente, com o objetivo de refletir a melhor expectativa de realização.

e. Participações em companhias fechadas - ações sem cotação em bolsa

As ações de companhia de capital fechado, sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado são registradas inicialmente pelo seu respectivo valor de aquisição e ajustadas periodicamente pelo seu valor justo nos termos da Instrução CVM nº 579. Os ganhos ou perdas decorrentes de avaliação dos ativos, ainda que não realizados financeiramente, são reconhecidos na Demonstração do resultado do exercício na rubrica “Resultado com valor justo das ações de companhias investidas”.

f. Dividendos e juros de capital próprio

Os dividendos e juros sobre o capital que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pelas companhias investidas serão incorporados ao patrimônio líquido do Fundo no momento do seu recebimento e registrado na conta de “Dividendos e juros de capital próprio”.

g. Moeda funcional

A moeda funcional do Fundo é o Real, a mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

h. Obrigações e julgamentos ou estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que sejam utilizados premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como avaliação dos investimentos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

i. Debêntures

As debêntures conversíveis em ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido de remuneração prevista nas escrituras de emissão de debêntures e deduzido de provisão para perdas de debêntures quando a administração julga necessário, com base em avaliação interna.

Os juros foram apropriados diariamente e foram integralmente pagos na data de vencimento das debêntures a título de “juros remuneratórios” e o resultado é registrado “pro rata temporis” na rubrica “Apropriação de rendimentos com Debêntures”. Seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

j. Antecipação de recebíveis

A antecipação de direitos creditórios é reconhecida inicialmente pelo valor líquido recebido na transação. Os valores são ajustados periodicamente para refletir a atualização monetária e a apropriação dos encargos financeiros ao longo do prazo da operação.

Eventuais ajustes de valor, decorrentes das condições estabelecidas no contrato, são reconhecidos no resultado conforme sua realização, considerando os critérios pactuados para apuração do valor a ser pago. Os

efeitos dessas atualizações são registrados na rubrica “Antecipação de recebíveis”.

k. Earn-out

O saldo registrado como Earn-out corresponde a uma parcela contingente do preço de aquisição de uma empresa ou ativo, cujo pagamento está condicionado ao atingimento de determinadas metas de desempenho previamente acordadas entre as partes. No caso da Companhia, o Earn-out é calculado com base no desempenho do tráfego da rodovia adquirida, sendo atualizado monetariamente pelo IPCA.

Para fins contábeis, o Earn-out é reconhecido inicialmente pelo seu valor justo na data da transação e posteriormente ajustado conforme a realização dos eventos que determinam seu pagamento. Os efeitos dessas atualizações são registrados na rubrica “Resultado com Earn-out”.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidade	-	1
Cotas de Fundos de Investimento (*)	1	68.123
Total de caixa e equivalentes de caixa	**1**	**68.124**

(*) As aplicações em cotas de fundo de investimento do Renda Fixa BRL Referenciado DI possuem liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido no resultado do Fundo o montante de R$ 815 (R$2.775 em 2023) de receitas com cotas de fundos de investimentos e estão sendo apresentadas nas demonstrações de resultado na rubrica “Receita com cotas de fundos de investimento referenciado”.

5. Títulos de renda fixa

Debêntures

O Fundo possui Debêntures conforme demonstrado abaixo:

Emissor	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor contábil	%PL	Quantidade	Valor contábil	%PL
Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A.	31.500	815.841	30,75%	31.500	716.520	24,16%
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	709.235	821.300	30,95%	380.225	380.685	12,83%
Infraestrutura Brasil Holding III - A S.A.	690.000	770.096	29,02%	690.000	690.419	23,38%
Energia Emergencial Móvel Participações S.A.	15.598	21.000	0,79%	63.713	96.004	3,24%
Total	**1.446.333**	**2.428.237**	**91,51%**	**1.165.438**	**1.883.628**	**63,61%**

Movimentação de 2024:

Emissor	31/12/2023	Aquisição	Amortização	Apropriação de rendimentos	Ajuste de repactuação	31/12/2024
Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A.	716.520	-	-	99.321	-	815.841
Energia Emergencial Móvel Participações S.A.	96.004	-	(72.500)	-	(2.504)	21.000
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	380.685	337.736	-	102.879	-	821.300
Infraestrutura Brasil Holding III - A S.A.	690.419	-	-	79.677	-	770.096
Total	**1.883.628**	**337.736**	**(72.500)**	**279.373**	**-**	**2.428.237**

Movimentação de 2023:

Emissor	31/12/2022	Aquisição	Venda/ Resgate	Resultado com venda/resgate	Apropriação de rendimentos	31/12/2023
Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A.	1.402.927	-	(667.320)	(146.631)	127.544	716.520
Energia Emergencial Móvel Participações S.A.	104.725	-	(20.001)	-	11.281	96.004
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	-	380.225	-	-	460	380.685
Infraestrutura Brasil Holding III - A S.A.	-	690.000	-	-	419	690.419
Total	**1.507.652**	**1.070.225**	**(687.321)**	**(146.631)**	**139.704**	**1.883.628**

Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A.
Em assembleia geral extraordinária realizada em 15 de maio de 2017, foi deliberado a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R$ 700.000, representado por 700.000 debêntures, todas subscritas e integralizadas pelo Fundo, seguindo as características descritas abaixo:

Data da emissão: 15 de maio de 2017
Número de emissão: 1ª emissão de debêntures da companhia;
Número de séries: A emissão foi realizada em série única;
Valor total de emissão: R$ 700.000;
Conversibilidade: As Debêntures poderão ser parcial ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data de emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do Debenturista, mediante notificação do Debenturista à Emissora indicando a quantidade de Debêntures a serem convertidas.
Prazo e data de vencimento: 162 meses a contar da data de emissão, ou seja, vencerão em 1 de dezembro de 2030;
Quantidade: 700.000;
Remuneração: Sobre o valor nominal incidirão juros remuneratórios correspondente a IPCA + 8% ao ano.

Em 10 de maio de 2023, foi celebrado o Contrato de Compra de ações e debêntures, no qual foi aprovada a venda de 38.500 debêntures de titularidade do Fundo pelo valor total de R$667.320, resultando em uma perda com a venda de Debêntures de R$146.631.

Energia Emergencial Móvel Participações S.A.
Em assembleia geral extraordinária realizada em 14 de maio de 2021, foi deliberado a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R$ 78.000, representado por 78.000 debêntures, todas subscritas e integralizadas pelo Fundo, seguindo as características descritas abaixo:
Número de emissão: 1ª emissão de debêntures da companhia;
Número de séries: A emissão foi realizada em série única;
Valor total de emissão: R$ 78.000;
Conversibilidade: As debêntures poderão ser parciais ou totalmente conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;
Prazo e data de vencimento inicial: 61 meses a contar da data de emissão, ou seja, vencerão em 1 de dezembro de 2028;

Quantidade: 78.000;
Remuneração: Sobre o valor nominal incidirão juros remuneratórios correspondente a 11% ao ano.

Em 22 de março de 2023 foi realizado o resgate antecipado facultativo parcial das debêntures de titularidade do Fundo, correspondentes a 14.287 debêntures, cada uma com o valor unitário de R$ 1.399,98 (mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), totalizando R$ 20.001, incluindo o montante devido a título de juros remuneratórios.

Em 20 de maio de 2024 foi realizado um adiantamento facultativo parcial das debêntures de titularidade do Fundo. Nesta reestruturação ficou pactuado o resgate antecipado facultativo parcial das debêntures correspondentes a 48.115 debêntures, cada uma com o valor unitário de R$ 1.506,82 (mil quinhentos e seis reais e oitenta e dois centavos), totalizando um resgate de R$ 72.500, incluindo o montante devido a título de juros remuneratórios. Neste contrato ficou pactuado que o valor remanescente, correspondentes a 15.598 debêntures, cada uma com o valor unitário de R$ 1.506,82 (mil quinhentos e seis reais e oitenta e dois centavos), totalizando R$ 23.000. Após este aditamento a debenture passa a vigorar com as características abaixo:

Primeiro aditamento:
Número de emissão: 1ª emissão de debêntures da companhia;
Número de séries: A emissão foi realizada em série única;
Valor total de emissão: R$ 23.000;
Conversibilidade: As debêntures poderão ser parciais ou totalmente conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;
Prazo e data de vencimento: em 1 de dezembro de 2028;
Quantidade: 15.598;
Remuneração: *Não estará mais sujeito a qualquer ajuste de corrente de atualização monetária ou à incidência de quaisquer juros remuneratórios, conforme originalmente previstos*

Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.
Em assembleia geral extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2023, foi deliberado a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R$ 710.000, representado por 710.000 debêntures, todas subscritas em nome do Fundo. No exercício de 31 de dezembro de 2024 foi integralizado 329.010 (380.225 em 2023) debêntures pelo montante de R$ 337.736 (R$ 380.225 em 2023).

Número de emissão: 1ª emissão de debêntures da companhia;
Número de séries: A emissão foi realizada em série única;
Valor total de emissão: R$ 710.000;
Conversibilidade: As debêntures poderão ser parciais ou totalmente conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;
Prazo e data de vencimento: As debêntures terão prazo de duração de 4 anos a contar da data de emissão, ou seja, vencerão em 20 de dezembro de 2027
Quantidade: 710.000
Remuneração: Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, expressas na forma percentual ao ano base de

252 dias úteis, acrescida de spread de 4,30% ao ano.

Infraestrutura Brasil Holding III-A S.A.
Em assembleia geral extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2023, foi deliberado a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R$ 690.000, representado por 690.000 debêntures, todas subscritas e integralizadas pelo Fundo, seguindo as características descritas abaixo:

Número de emissão: 1ª emissão de debêntures da companhia;
Número de séries: A emissão foi realizada em série única;
Valor total de emissão: R$ 690.000;
Conversibilidade: As debêntures poderão ser parciais ou totalmente conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;
Prazo e data de vencimento: As debêntures terão prazo de duração de 4 anos a contar da data de emissão, ou seja, vencerão em 20 de dezembro de 2027
Quantidade: 690.000
Remuneração: Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, expressas na forma percentual ao ano base de 252 dias úteis, acrescida de spread de 4,30% ao ano.

6. Participação em fundos de investimento em participações

Em 31 de dezembro de 2024 o Fundo investe 1,73% (1,42% em 2023) de seu patrimônio líquido no Entrevias Coinvestimento FIP Multiestratégia, conforme destacado abaixo:

Fundo	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor da cota	Valor de mercado	Quantidade	Valor da cota	Valor de mercado
Entrevias Coinvestimento FIP Multiestratégia	28.926	1.583,19	45.795	28.926	1.453,51	42.044

Movimentação de 2024:

Emissor	Valor contábil em 31/12/2023	Receita com cotas de fundos de investimento em participações	Amortização de cotas (*)	Valor contábil em 31/12/2024
Entrevias Coinvestimento FIP Multiestratégia	42.044	4.558	(807)	45.795

(*) O Pagamento mencionado não foi transacionado via caixa do Fundo, sendo o valor distribuído pelo Entrevias FIP ao Fundo, o qual foi destinado diretamente para pagamento dos direitos creditórios por meio da transferência direta do valor devido pelos compradores para a conta restrita da operação de antecipação de recebíveis, conforme definido pelo Contrato de Cessão de Direitos Creditórios.

Movimentação de 2023:

Emissor	Valor contábil em 31/12/2022	Amortização	Receita com cotas de fundos de investimento em participações	Valor contábil em 31/12/2023
Entrevias Coinvestimento FIP Multiestratégia	75.219	(34.849)	1.674	42.044
Pátria Infraestrutura III Special Opportunities FIP	825.765	(825.187)*	(578)	-
Total	**900.984**	**(860.036)**	**1.096**	**42.044**

(*) A amortização ocorrida durante o exercício de 2023 no montante de R$ 825.187 do Patria Infraestrutura II Special Opportunities FIP, anteriormente investido, foi paga em ações da investida IBH VI e portanto, não envolveu caixa, maiores detalhes da transação estão descritas na nota 7.1.

6.1. Cotas em fundos de investimento em participações

Entrevias Coinvestimento FIP Multiestratégia
O Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo") foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 12 (doze) anos, contados da data da primeira integralização de cotas, prazo este que poderá ser antecipado ou prorrogado por períodos sucessivos de 1 ano mediante recomendação do Administrador e aprovação da Assembleia Geral de Cotistas. Iniciou suas atividades em 1º de março de 2018 e destina-se exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da Instrução CVM n° 30/24, que estejam dispostos a correr riscos inerentes à atividade do Fundo e busquem um retorno de longo prazo para suas aplicações que seja compatível com a política de investimentos do Fundo.

O objetivo do Fundo é buscar proporcionar a seus cotistas a valorização de capital a longo prazo por meio de investimento nos valores mobiliários, de emissão de uma ou mais companhias abertas ou fechadas brasileiras (as "Companhias Alvo", quando referidas anteriormente ao investimento pelo Fundo, ou "Companhias Investidas" após receberem qualquer aporte de recursos do Fundo), que devem atuar no segmento de concessão. É vedado ao Fundo investir em outras empresas do segmento de administração de rodovias.

O capital social do Entrevias Coinvestimento FIP Multiestratégia integralizado em 31 de dezembro de 2024 estava representado por R$ 240.203 (R$ 240.203 em 2023) e era composto por 235.480 (235.480 em 2023) cotas. O Fundo detém 28.926 cotas, representando 12,28% (12,28% em 2023) do capital subscrito e integralizado do fundo.

7. Participação em companhias investidas

O Fundo possui investimento em entidades controladas em conjunto com participação no capital social de empresas sem cotação em Bolsa de Valores, conforme demonstrado abaixo:

Companhia Investida	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor justo	% PL (*)	Quantidade	Valor justo	% PL (*)
Energia Emergencial Móvel Participações S.A.	34.599.605	-	100	34.599.605	-	100
VG Telecom S.A.	35.666.990	-	100	34.229.244	-	100
Administradora Geral de Estacionamento S.A.	239.773.451	796.702	44,39	239.773.451	772.363	44,39
Infraestrutura Brasil Holding III – A S.A.	47.000.000	-	100	47.000.000	47.000	100
Califórnia Infraestrutura Holding S.A.	518.079.457	838.419	36,79	518.079.457	734.631	36,79
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	135.740.344	98.700	100,00	135.740.344	444.732	100
Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.	33.405.277	-	99,99	400	-	-
Total	**1.044.265.124**	**1.733.821**		**1.009.442.501**	**1.998.726**	.

(*) Percentual que o Fundo possuí da investida.

7.1. Avaliação das ações no exercício

Movimentação em 2024:

Companhia	Valor justo em 31/12/2023	Integralização de ações	Redução de capital	Marcação ao valor justo	Valor justo em 31/12/2024
Energia Emergencial Móvel Participações S.A.	-	-	-	-	-
VG Telecom S.A.	-	14.823	-	(14.823)	-
Administradora Geral de Estacionamento S.A.	772.363	-	-	24.339	796.702
Infraestrutura Brasil Holding III-A S.A.	47.000	-	-	(47.000)	-
Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.	-	33.405	-	(33.405)	-
Califórnia Infraestrutura Holding S.A.	734.631	-	-	103.788	838.419
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	444.732	-	(217.262)	(128.770)	98.700
Total	**1.998.726**	**48.228**	**(217.262)**	**(95.871)**	**1.733.821**

Movimentação em 2023:

Companhia	Valor justo em 31/12/2022	Integralização de ações transferidas(*)	Transferência de ações (*)	Redução de investimentos	Venda de ações	Resultado na venda	Marcação ao valor justo	Valor justo em 31/12/2023
Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.	1.113.147	-	(1.053.385)	-	-	-	(59.762)	-
Odata Brasil S.A.	4.670.882	-	-	-	(4.618.710)	(52.172)	-	-
Energia Emergencial Móvel Participações S.A.	173	-	-	-	-	-	(173)	-
VG Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Administradora Geral de Estacionamento S.A.	538.132	-	-	-	-	-	234.231	772.363
Infraestrutura Brasil Holding III-A S.A.	47.000	-	-	-	-	-	-	47.000
Califórnia Infraestrutura Holding S.A.	-	1.282.321	-	-	(633.208)	-	85.518	734.631
Infraestrutura Brasil Holding VI S.A.	-	825.165	(830.414)	-	-	-	5.249	-
Infraestrutura Brasil Holding XXXIII S.A.	-	830.411	(845.740)	-	-	-	15.326	-
Infraestrutura Brasil Holding XXXIV S.A.	-	845.740	-	(377.000)	-	-	(24.008)	444.732
Total	**6.369.334**	**3.1783.640**	**(2.729.539)**	**(377.000)**	**(5.251.918)**	**(52.172)**	**256.381**	**1.998.726**

(*) as integralizações foram efetuadas através de transferências de ações entre investidas, que estão detalhadas nas notas abaixo de forma individual, e que, portanto, não envolveram caixa.

Energia Emergencial Móvel Participações S.A. ("EEMP")
A EEMP foi constituída em 25 de setembro de 2014, possui sede Av. Robert Kennedy, 615 – Planalto, São Bernardo do Campo – SP e tem como objeto social a participação em quaisquer outras sociedades ou fundos de investimento como sócio, acionista ou cotista, e exploração, direta ou por meio de outras sociedades, de serviços de locação de geradores, equipamentos elétricos e eletroeletrônicos.

O capital social da companhia integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estava representado por R$ 37.923 e era composto por 34.599.605 ações ordinárias. O Fundo detém 34.599.605 ações ordinárias, representando 100% do capital subscrito e integralizado da companhia controlada.

VG Telecom S.A. ("Vogel")
A Vogel foi constituída em 21 de janeiro de 2014, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485, a° e 2° andares, Pinheiros, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 01452-002. E tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou cotista.

O primeiro investimento do Fundo, realizado em julho de 2014, ocorreu através da aquisição de uma empresa do setor de telecomunicações, especificamente no segmento de infraestrutura de redes de fibra óptica no Brasil.

A empresa adquirida foi a Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A., fundada em 2003 por dois empreendedores e que possui aproximadamente 5.000 km de redes de fibra óptica. A Vogel Soluções visa à prestação de serviços de infraestrutura de redes de fibra óptica para as operadoras de telecomunicações e outras empresas no Brasil. Até 31 de dezembro de 2017, a Vogel Participações já adquiriu mais 4 companhias nos ramos de telefonia e soluções tecnológicas.

Em assembleia geral extraordinária da Vogel, realizada em 16 de janeiro de 2024, foi deliberado o aumento de capital social dos atuais R$ 352.871 para R$ 367.694, mediante a emissão de 1.437.742 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo montante de R$ 14.823, todas subscritas e integralizadas pelo Fundo.

O capital social da Vogel totalmente subscrito integralizado em 31 de dezembro de 2024 estava representado por R$ 367.694 (R$ 352.871 em 2023) e era composto por 35.666.990 (34.229.248 em 2023) ações ordinárias. O Fundo detém 35.666.990 ações ordinárias, representando 100% do capital subscrito e integralizado da companhia controlada.

Administradora Geral de Estacionamento S.A. ("Adm Geral")
A administradora Geral de Estacionamentos S.A. está sediada cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Santo Guerra, 83, Bairro Navegantes, CEP 90240-170. A companhia tem como objeto social a exploração da atividade de estacionamento de veículos, seja em imóveis próprios ou de terceiros, para empresas privadas ou públicas, inclusive em áreas especiais para estacionamento rotativo de veículos, localizados em vias ou logradouros públicos, através de qualquer tipo de contrato e para qualquer tipo de veículo e cliente, além de todas as atividades relacionadas com a gestão de estacionamentos. A Companhia é e atualmente é controlada pela Indigo Estacionamento Ltda. ("Indigo Brasil"), uma subsidiária da Infra Park ("Matriz" ou Indigo França"), localizada na França.

O capital social da Administradora Geral de Estacionamentos S.a. integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estava representado por R$ 374.219 e era composto por 540.183.503 ações ordinárias. O Fundo detém

239.773.451 ações ordinárias, representando 44,39% do capital subscrito e integralizado da companhia controlada.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 da companhia investida foram auditadas pela Delloite Touche Tohmatsu que emitiram seu relatório de auditoria em 28 de fevereiro de 2025, sem modificação de opinião.

Infraestrutura Brasil Holding III- A S.A. ("IBH III-A")
A Infraestrutura Brasil Holding III-A S.A. é sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, 5º andar, Torre D, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-065, Brasil que tem objeto a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país (holding). A companhia atualmente é controlada pela Arke Energia a qual foi criada no início de 2018 em Macaé no Rio de Janeiro. Ela tem como objeto social ser uma usina termelétrica de geração de energia a partir do gás brasileiro gerado no Pré-Sal.

O capital social da IBH III-A integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estava representado por R$ 500.000 e era composto por 500.000.400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Fundo detém 500.000.400 ações ordinárias, representando 100% do capital subscrito da Companhia das quais 47.000.000 foram integralizadas e 453.000.400 são a integralizar.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 da companhia investida foram auditadas pela Ernst & Young que emitiram seu relatório de auditoria em 27 de fevereiro de 2025, sem modificação de opinião.

Califórnia Infraestrutura Holding S.A. ("Califórnia")
A Califórnia Infraestrutura Holding S.A. foi constituída em 24 de agosto de 2022, com sede na Rodovia Atílio Balbo, S/N, KM 327,5 na cidade de Sertãozinho – SP, e tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou cotista. A Califórnia Infraestrutura Holding S.A, possui participação na seguinte companhia operacional:

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Entrevias")
A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de maio de 2023, foi aprovada o aumento do capital social da Califórnia de R$ 0 para R$ 1.408 mediante a emissão de 1.408.083.999 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R$ 1,00. Neste ato o Fundo subscreve e integraliza o total de 1.151.287.502 ações pelo valor total de R$ 1.053.385 que são representados pela entrega da totalidade de ações que o Fundo possuía na Infraestrutura Investimentos e Participações S.A mensuradas a valor justo na data da operação além da integralização do saldo que o fundo possuía a receber relativo a Redução de capital social da Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. no montante de R$228.936.

Em 10 de maio de 2023, foi celebrado o Contrato de Compra de ações e debêntures, com terceiros, no qual foi aprovada a venda de 633.208.045 ações ordinárias pelo valor de R$633.208. Adicionalmente, neste contrato foi acordado um earn-out inicial no valor de R$131.033, o qual foi reavaliado com base nos critérios definidos em contrato que segue abaixo:

- Conclusão das principais obras e obras complementares;
- Atualização com base no desempenho do tráfego da rodovia
- Atualização monetária pelo IPCA + 9,5%

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de earn-out reavaliado é de R$ 163.124 (R$ 210.516 em 2023) apresentado na rubrica "Earn-out Entrevias", o que gerou um resultado negativo de R$ 17.938 (positivo de R$ 210.516 em 2023) ao Fundo do mesmo valor apresentado na rubrica "Resultado com Earn-out".

Earn-out	31/12/2023	Recebimento (*)	Ajuste de reavaliação	31/12/2024
Earn-out Entrevias	210.516	(29.454)	(17.938)	163.124

(*) O recebimento da parcela do earn-out não foi transacionado via caixa do Fundo, uma vez que o valor pago pelos compradores foi destinado diretamente para a conta restrita da operação de antecipação de recebíveis, o qual foi integralmente utilizado para pagamento da obrigação do Fundo decorrentes da antecipação de recebíveis representados por direitos creditórios das debêntures de emissão das companhias Infraestrutura Brasil Holding III S.A. e Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A., conforme definido pelo Contrato de Cessão de Direitos Creditórios celebrado entre o Fundo e a Opea Securitizadora S.A.

Adicionalmente, durante o exercício de 2024 o Fundo realizou o provisionamento no montante de R$ 18.116 (R$130.693 em 2023) registrado na rubrica de "Despesas Operação Califórnia" que se referem ao custo que o fundo desembolsará no pagamento do Bônus de subscrição para o Fundo Entrevias FIP Multiestratégia. Em 31 de dezembro de 2024 há provisionado na rubrica "Despesa com operação Califórnia" o valor de R$ 148.809 relativo às Despesas Operação Califórnia (R$130.693 em 2023).

O capital social da Califórnia subscrito em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estava representado por R$ 1.408.084 e era composto por 1.408.084.399 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Fundo detém 518.079.457 ações ordinárias, representando 36,79% do capital subscrito e integralizado da Companhia.

A Califórnia por sua vez possui investimento em ações da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., representando 100% do capital subscrito da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Entrevias")
A Companhia foi constituída em 4 de outubro de 2016, tem por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 28 Florínea – Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, localizada na Rodovia Atílio Baldo SP 322, Km 327,500, Pista Leste, S/N – Sertãozinho – SP.

O capital social da Entrevias integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estava representado por R$ 580.628 e era composto por 580.628 ações ordinárias.

Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A. ("IBH 28")
A Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A. é sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 1.455, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, Brasil que tem objeto a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país (holding).

Em assembleia geral extraordinária da IBH 28, realizada em 16 de janeiro de 2024, foi aprovado o aumento do capital da companhia dos atuais R$ 0 para R$ 33.405, mediante a emissão de 33.404.876 novas ações

ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo montante de R$ 33.405, todas subscritas e integralizadas pelo Fundo.

O capital social da IBH 28 subscrito em 31 de dezembro de 2024 estava representado por R$ 33.405 e era composto por 33.405.277. ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Fundo detém 33.405.236 ações ordinárias, representando 99,99% do capital subscrito e integralizado da Companhia.

Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A. ("IBH 34")
A Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A. é sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 1.455, 4º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, Brasil que tem objeto a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país (holding).

Em assembleia geral extraordinária da IBH 34, realizada em 18 de dezembro de 2023, foi aprovado o aumento do capital da companhia de R$ 0 para R$ 845.740, sendo este aumento no valor de R$ 845.740 mediante a emissão de 845.739.944 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1 (um real) cada que são representados pela entrega da totalidade de ações que o Fundo possuía na Infraestrutura Brasil Holding 33 S.A. no valor total de R$845.740.

Em assembleia geral extraordinária da IBH 34, realizada em 26 de dezembro de 2023, foi aprovada a redução do capital social da companhia, por ser considerado excessivo em relação ao objeto social, no montante de R$ 377.000, mediante o cancelamento de 377.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da companhia.

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o Fundo recebeu o valor total de R$ 217.262 em moeda corrente nacional, decorrente da redução de capital aprovada em 26 de dezembro de 2023, pela companhia. Restando o valor de R$ 115.000 de redução e capital à receber.

Em assembleia geral extraordinária da IBH 34, realizada em 3 de março de 2024 foi deliberado o aumento de capital social da companhia de R$ 135.740 para R$ 468.740, mediante a emissão de 333.000.000 de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo valor de R$ 333.000, todas subscritas em nome do Fundo, não integralizado até 31 de dezembro de 2024.

O capital social da IBH 34 subscrito em 31 de dezembro de 2024 estava representado por R$ 468.740 (R$ 135.740 em 2023) e era composto por 468.740.344 (135.740.344 em 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal das quais 135.740.344 foram integralizadas. O Fundo detém 100% do capital subscrito e integralizado da Companhia.

A IBH 34 por sua vez possui investimento indireto em ações da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (CART), representando 65% do capital subscrito da mesma.

As demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. de 31 de dezembro de 2024 da companhia investida foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes que emitiram seu relatório de auditoria em 28 de fevereiro de 2025, sem modificação de opinião.

Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. ("IBH VI")
A Infraestrutura Brasil Holding VI S.A. é sediada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Issa Marar, nº 2.200, Parque Residencial, Samambaia, CEP 17018-002, Brasil que tem objeto a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país (holding).

O acionista desta empresa era o Fundo Pátria Infraestrutura III Special Opportunities Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, anteriormente investido pelo Fundo, o qual teve seu evento de encerramento ocorrido em 18 de dezembro de 2023.

Em 18 de dezembro de 2023, o Fundo integralizou a totalidade das ações que possuía na Infraestrutura Brasil Holding VI S.A mensuradas a valor justo na data da operação pelo montante de R$ 830.414, resultando em um ajuste positivo a valor justo no exercício de R$5.249, na investida Infraestrutura Brasil Holding 33 S.A.

Em assembleia geral extraordinária do Pátria Infraestrutura III Special Opportunities Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, foi aprovada a distribuição aos cotistas da totalidade dos recursos líquidos disponíveis naquela data. O Fundo Pátria Infraestrutura III FIP Multiestratégia era um dos cotista do Fundo Pátria Infraestrutura III Special Opportunities e devido ao encerramento do mesmo recebeu proporcionalmente as ações da investida Infraestrutura Brasil Holding VI S.A, as quais somaram a totalidade de 430.607.082 ações pelo valor total de R$ 825.165 e portanto, não envolveu caixa.

Infraestrutura Brasil Holding 33 S.A. ("IBH 33")
A Infraestrutura Brasil Holding 33 S.A. é sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henrique Schaumann, nº 270, 1 e 2 º andar, Pinheiros, CEP 05413-909, Brasil que tem objeto a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país (holding).

Em assembleia geral extraordinária da IBH 33, realizada em 18 de dezembro de 2023, foi aprovado o aumento do capital da companhia de R$ 0 para R$ 830.414, sendo este aumento integralizado pela entrega da totalidade de ações que o Fundo possuía na Infraestrutura Brasil Holding VI S.A..

Em 18 de dezembro de 2023, o Fundo integralizou a totalidade das ações que possuía na Infraestrutura Brasil Holding 33 S.A. mensuradas a valor justo na data da operação pelo montante de R$ 845.740, resultando em um ajuste positivo a valor justo no exercício de R$15.326, na investida Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A..

Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.
A IIP foi constituída em 22 de março de 2019, com sede na Av. Das Esmeraldas, 3895, na cidade de Marília – SP, e tem como tem por objeto social a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades que, direta ou indiretamente por meio de outras sociedades, participem de projetos de, desenvolvam ou operem rodovias.

Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 13 de fevereiro de 2020, foi aprovado a redução do capital social da Companhia Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. de R$ 1.235.950 para R$ 955.950, sendo esta redução no valor de R$ 280.000 mediante ao cancelamento de 280.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Neste ato houve a redução de capital de titularidade do Fundo no montante de R$ 228.935, mediante o cancelamento de 228.935.528 ações, como até o final do exercício de 31 de dezembro de 2021 o Fundo não recebeu o montante em caixa, o valor foi apresentado na demonstração da posição financeira como "Redução de Capital – Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.".

Em acordo de acionistas celebrado em 10 de maio de 2023 foi aprovada o aumento de capital na Califórnia Infraestrutura Holding S.A com a totalidade de ações de titularidade do Fundo da companhia investida Infraestrutura Investimentos e Participações S.A.. Na data da transação a Companhia foi mensurada a valor justo pelo montante de R$1.053.385 resultando em um ajuste negativo a valor justo no exercício de R$59.762 (R$116.372 em 2022).

Odata Brasil S.A. ("Odata")
A Odata, com sede na Rua Joaquim Floriano, 913 conjunto 41/42 – São Paulo – SP, foi constituída em 26 de maio de 2017 através da subscrição da totalidade das ações da Odata S.A. e Odata SP 01 S.A. Anteriormente, a Odata S.A. era a controladora do Grupo e detinha investimento na Odata SP 01 S.A. Após reestruturação societária, a Administração constituiu a Odata Brasil S.A. como a holding controladora do Grupo, e manteve os demais ativos em suas operações.

A Odata tem por objeto (a) a participação, como sócia, cotista, acionista ou consorciada em qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior; (b) a prestação de serviços de infraestrutura para armazenagem de equipamentos eletrônicos; (c) a locação, sublocação e cessão de uso de espaço para equipamentos especializados em processamento, armazenagem de dados, comunicação e de infraestrutura de rede, bem como outros equipamentos; (d) os serviços de gerenciamento de troca de tráfego e interconexão entre as operadoras de telecomunicações, provedores de serviços internet, provedores de conteúdo, integradores, instituições governamentais e privadas; (e) os serviços de consultoria, suporte técnico e outros serviços em tecnologia de informação, incluindo, mas não se limitando a serviços de instalação, manutenção, monitoramento de equipamentos de tecnologia de informação, de comunicação e de infraestrutura de rede, e serviços gerenciados via acesso remoto ; e (f) a representação de outras sociedades, sejam nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros.

Em assembleia geral extraordinária da Odata, realizada em 1 de março de 2022, foi deliberado o aumento de capital de R$ 421.407 para R$ 529.247, mediante a emissão de 11.281.874 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo montante de R$ 107.840. Neste ato foi subscrito em nome do Fundo 9.376.832 ações, pelo montante de R$ 89.630, integralizado mediante a conversão de Adiantamentos para futuro aumento de capital.

Em assembleia geral extraordinária da Odata, realizada em 9 de maio de 2022, foi deliberado o aumento de capital de R$ 529.247 para R$ 564.254, mediante a emissão de 4.257.015 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo montante de R$ 35.007. Neste ato foi subscrito em nome do Fundo 3.523.723 ações, pelo montante de R$ 28.977, integralizo mediante a conversão de Adiantamentos para futuro aumento de capital.

Em contrato de compra e venda de ações, celebrado em 10 de dezembro de 2023, foi aprovada a venda da totalidade de 251.768.975 ações, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus detidas pelo Fundo, pelo valor total de R$ 4.618.710, gerando um resultado negativo na venda de R$ 52.172.

7.2. Política de distribuição de resultados
Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos valores mobiliários e outros ativos, serão incorporados ao patrimônio líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos cotistas.

7.3. Avaliação do valor justo

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, o Fundo foi classificado como "Entidade de Investimento" e em função disso, seus investimentos nas Companhias Investidas em 31 de dezembro de 2024 estão registrados pelo seu valor justo no montante de R$ 1.733.821 (R$ 1.998.726 em 2023).

Para fins de encerramento de exercício social, os investimentos foram reavaliados em atendimento às normas aplicáveis, tendo sido registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, um resultado negativo líquido de R$ 95.871 (Resultado positivo de R$ 256.381 em 2023) apresentado nas "Demonstrações dos resultados" na rubrica "Resultado com valor justo das ações de companhia investidas".

Como forma de mensurar o valor justo das companhias para a data de encerramento do exercício social, 31 de dezembro de 2024, a gestora Patria Investimentos Ltda atualiza as projeções dos fluxos de caixa líquido descontados da companhia investida, bem como a taxa de desconto adotada na elaboração dos laudos emitidos por empresas independentes na data base de 30 de setembro de 2024, com o objetivo de refletir o valor justo das investidas para os meses subsequentes a data base do laudo.

Califórnia Infraestrutura Holding S.A.
A Califórnia, possuí participação na seguinte companhia operacional a qual foi elaborado o laudo: Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

A avaliação econômico financeira do valor justo da Companhia Investida foi elaborada pela Kroll Brasil Ltda ("Kroll"). A está sediada em Avenida Jornalista Roberto Marinho 85, 5º andar, São Paulo, SP 04576-010, BR. A Kroll é o principal fornecedor mundial de serviços e produtos digitais relacionados à avaliação, governança, risco e transparência. Trabalham com clientes em diversos setores no áreas de avaliação, serviços especializados, investigações, segurança cibernética, finanças corporativas, reestruturação, soluções legais e de negócios, análise de dados e conformidade regulatória. A empresa possui quase 5.000 profissionais em 30 países e territórios em todo o mundo.

A metodologia de avaliação adotada para a valoração do investimento foi a de rentabilidade futura. Para isso foi utilizado o método do fluxo de caixa líquido descontado da companhia investida, considerando de forma individual cada linha de negócio da companhia investida.

O método do fluxo de caixa líquido descontado consiste na determinação do valor de uma empresa por meio de um fluxo de caixa projetado descontado por uma determinada taxa. Para a companhia investida em questão, o período projetado para avaliação ao valor justo foi de outubro de 2024 a dezembro de 2047.

A unidade geradora de caixa da Califórnia é a Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. e as principais premissas utilizadas para a elaboração do laudo de avaliação foram as seguintes:

Beta realavancado: 0,92 (0,92 em 2023)
Taxa livre de risco: 5,06% (4,90% em 2023)
Prêmio de risco de mercado: 4,91% (5,15% em 2023)
Custo da dívida: 13,02% (12,96% em 2023)

Administradora Geral de Estacionamento S.A.
A avaliação econômico financeira do valor justo da Companhia Investida foi elaborada pela Kroll Brasil Ltda ("Kroll"). A está sediada em Avenida Jornalista Roberto Marinho 85, 5º andar, São Paulo, SP 04576-010, BR. A Kroll é o principal fornecedor mundial de serviços e produtos digitais relacionados à avaliação, governança, risco e transparência. Trabalham com clientes em diversos setores no áreas de avaliação, serviços especializados, investigações, segurança cibernética, finanças corporativas, reestruturação, soluções legais e de negócios, análise de dados e conformidade regulatória. A empresa possui quase 5.000 profissionais em 30 países e territórios em todo o mundo.

O laudo foi elaborado com data base 30 de setembro de 2024, a metodologia de avaliação adotada para valoração do investimento foi a de múltiplo, onde foi utilizado o método de análise comparativa com o desempenho econômico-financeiro de outras empresas similares de mercado, sendo que as principais premissas utilizadas estão descritas abaixo:

Ebitda: 272,5 (190 em 2023)
Múltiplo EV/ Ebitda: 11,9x (11,4x em 2023)
Média ponderada: 7,15 (6,9% em 2023)

Infraestrutura Brasil Holding III-A S.A.
A avaliação econômico financeira do valor justo da Companhia Investida foi elaborada pela Kroll Brasil Ltda ("Kroll"). A está sediada em Avenida Jornalista Roberto Marinho 85, 5º andar, São Paulo, SP 04576-010, BR. A Kroll é o principal fornecedor mundial de serviços e produtos digitais relacionados à avaliação, governança, risco e transparência. Trabalham com clientes em diversos setores no áreas de avaliação, serviços especializados, investigações, segurança cibernética, finanças corporativas, reestruturação, soluções legais e de negócios, análise de dados e conformidade regulatória. A empresa possui quase 5.000 profissionais em 30 países e territórios em todo o mundo.

A metodologia de avaliação adotada para a mensuração do investimento foi a de rentabilidade futura. Para isso foi utilizado o método do fluxo de caixa descontado da companhia investida, utilizando como data base o laudo de 30 de setembro de 2024.

O método do fluxo de caixa descontado consiste na determinação do valor de uma empresa por meio de um fluxo de caixa projetado descontado por uma determinada taxa. Para a companhia investida em questão, o período projetado para avaliação ao valor justo foi de outubro de 2021 a dezembro de 2047.

Taxa livre de risco: 4,19% (4,92% em 2023)
Prêmio de mercado: 5,00% (5,50% em 2023)
Risco País: 2,09% (2,5% em 2023)
Beta: 0,50 (0,48 em 2023)
Taxa média ponderada de retorno (WACC): 13,99% (14,92% em 2023)

Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A. ("IBH 34")
A avaliação econômico financeira do valor justo da Companhia Investida foi elaborada pela Kroll Brasil Ltda ("Kroll"). A está sediada em Avenida Jornalista Roberto Marinho 85, 5º andar, São Paulo, SP 04576-010, BR. A Kroll é o principal fornecedor mundial de serviços e produtos digitais relacionados à avaliação, governança, risco e transparência. Trabalham com clientes em diversos setores no áreas de avaliação, serviços especializados, investigações, segurança cibernética, finanças corporativas, reestruturação, soluções legais e

de negócios, análise de dados e conformidade regulatória. A empresa possui quase 5.000 profissionais em 30 países e territórios em todo o mundo.

A metodologia de avaliação adotada para a mensuração do investimento foi a de rentabilidade futura. Para isso foi utilizado o método do fluxo de caixa descontado da companhia investida, utilizando como data base o laudo de 30 de setembro de 2024.

O método do fluxo de caixa descontado consiste na determinação do valor de uma empresa por meio de um fluxo de caixa projetado descontado por uma determinada taxa. Para a companhia investida em questão, o período projetado para avaliação ao valor justo foi de outubro de 2021 a dezembro de 2047.

Taxa livre de risco: 4,19% (4,92% em 2023)
Prêmio de mercado: 5,00% (5,50% em 2023)
Risco País: 2,09% (2,5% em 2023)
Beta: 0,92 (0,48 em 2023)
Taxa média ponderada de retorno (WACC): 12,80% (14,92% em 2023)

Energia Emergencial Móvel Participações S.A, VG Telecom S.A. I e Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.

Os investimentos são representados por companhias não operacionais, sendo que essas entidades não possuem ativos ou unidades geradoras de caixa e, portanto, não produzem receitas ou fluxo de caixa positivo que requeiram a aplicação de um método de mensuração do valor justo. Desta forma, na avaliação do administrador e o gestor do Fundo, esses investimentos devem ser marcados a zero, visto que representa a melhor estimativa do seu valor justo.

8. Riscos

Em vista da natureza do investimento em participações e da política de investimento do Fundo, os cotistas do Fundo devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do Fundo. Para tanto, ao ingressar no Fundo, o cotista declarará expressamente que tem ciência destes riscos, sendo que tal declaração constará do compromisso de investimento.

Seguem os principais riscos os quais o Fundo está sujeito, descritos abaixo.

Liquidez reduzida dos ativos do Fundo: Os investimentos do Fundo poderão ser feitos em valores mobiliários não negociados publicamente no mercado. Caso (a) o Fundo precise vender tais valores mobiliários, ou (b) o cotista receba tais valores mobiliários como pagamento de resgate ou amortização de suas cotas (em ambos os casos inclusive para efetuar a liquidação do Fundo), (i) poderá não haver mercado comprador de tais valores mobiliários, (ii) a definição do preço de tais valores mobiliários poderá não se realizar em prazo compatível com a expectativa do cotista, ou (iii) o preço efetivo de alienação de tais valores mobiliários poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, para o cotista. Não há, portanto, qualquer garantia ou certeza de que será possível ao Fundo e/ou ao cotista, conforme o caso, liquidar posições ou realizar quaisquer desses valores mobiliários.

Concentração da carteira do Fundo: O Fundo poderá aplicar a totalidade dos seus recursos em valores mobiliários emitidos por uma única companhia investida. Assim, qualquer perda isolada relativa a tal companhia investida poderá ter um impacto adverso significativo sobre o Fundo, sujeitando-o a maiores riscos de perdas do que estaria sujeito caso os investimentos estivessem mais diversificados.

Riscos relacionados às companhias investidas: Uma parcela significativa dos investimentos do Fundo será feita em valores mobiliários de emissão de companhias investidas, o que, por sua natureza, envolve riscos do negócio, financeiros, do mercado e/ou legais. Embora o Fundo tenha sempre participação no processo decisório das respectivas companhias investidas, não há garantias de (i) bom desempenho de quaisquer das companhias investidas, (ii) solvência das companhias investidas e (iii) continuidade das atividades das companhias investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados da carteira e o valor das cotas. Não se pode garantir que o Administrador irá avaliar corretamente a natureza e a magnitude dos vários fatores que podem afetar o valor de tais investimentos. Movimentos de preços e do mercado em que são feitos os investimentos do Fundo podem ser voláteis e uma variedade de outros fatores a eles inerentes e de difícil previsão, tais como acontecimentos econômicos e políticos nacionais e internacionais, podem afetar de forma significativa os resultados das atividades do Fundo e o valor de seus investimentos. Não há, garantias, portanto, de que os recursos integralizados no Fundo serão remunerados conforme esperado pelos cotistas.

Gerenciamento de riscos
A administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas em seus comitês institucionais, que ponderam sobre os controles realizados pelas equipes e, eventualmente, decidem sobre medidas a serem tomadas. Através desses comitês, são traçadas as diretrizes a serem seguidas pelos fundos, visando administrar a exposição a riscos. O cumprimento da política de investimento, e consequentemente os riscos envolvidos nos investimentos, é monitorado pelos comitês institucionais, visando conhecer, limitar e mitigar os riscos inerentes. A governança estabelecida não caracteriza a eliminação total dos fatores de risco a que o Fundo está sujeito. Apesar da administradora utilizar técnicas e procedimentos para manter o acompanhamento de risco, acontecimentos eventuais e inesperados podem impactar negativamente a performance do Fundo.

9. Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Fundo não realizou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

10. Período de investimento

O Fundo teve seu período de investimento encerrado pelo Administrador no dia 14 de março de 2020. Observa-se ainda que o Administrador poderá, após o término do período de investimento, exigir integralizações remanescentes, até o limite do capital subscrito por cada cotista, para as finalidades previstas no item 9.2 do regulamento.

11. Remuneração da Administração

Taxa de administração e gestão
A taxa de administração destinada será equivalente à percentagem de 0,025% (vinte e cinco milésimos por cento) ao ano, com uma remuneração mínima anual de R$ 72 (setenta e dois mil reais), reajustado anualmente pela variação positiva do IPCA a partir de 16 de dezembro de 2020, calculada e provisionada considerando-se dois períodos distintos, na forma descrita a seguir:

(i) No primeiro período de cobrança da taxa de administração, que terá duração desde a data da primeira subscrição do patrimônio inicial até o encerramento do período de investimento a taxa de administração será calculada sobre o valor do capital subscrito, atualizado anualmente pela variação do IPCA; e

(ii) No segundo período de cobrança da taxa de administração, que se iniciará no dia útil seguinte ao encerramento do período de investimento e terminará na data de encerramento do fundo, a taxa de administração incidirá sobre o valor do capital integralizado, atualizado anualmente pela variação do IPCA. Em caso de alienação integral de uma determinada companhia investida pelo FIP, a parcela do respectivo custo de aquisição atribuível ao fundo, atualizado anualmente pela variação do IPCA, deverá ser descontado do capital integralizado para efeito de cálculo de taxa de administração após o período de investimento.

A Taxa de Administração engloba os pagamentos devidos pelo Fundo ao Administrador em razão de todos os serviços prestados pelo Administrador ao Fundo, bem como os serviços de custódia, controladoria, gestão e escrituração prestados.

A taxa máxima de custódia destinada ao Custodiante (englobada no valor da taxa de administração) é equivalente à percentagem de 0,0075% a.a. (setenta e cinco décimos de milésimos por cento) do Patrimônio Líquido, com mínimo anual de R$ 36 (trinta e seis mil reais) e a taxa máxima anual corresponderá a R$ 300 (trezentos mil reais), atualizado anualmente pelo IPCA.

A remuneração percentual referida acima é calculada na base 1/12 (um doze avos), ao ano e a remuneração acordada (seja a percentual, seja o valor mínimo acima referido) é provisionada mensalmente e paga até o 2º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao vencido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi apropriada a importância de R$ 8.403 (R$ 8.960 em 2023) a título de taxa de administração e gestão.

Taxa de performance
O regulamento não prevê cobrança de taxa de performance.

12. Encargos debitados ao Fundo

Taxas e encargos sobre patrimônio líquido médio do exercício:

Encargos debitados do Fundo	31/12/2024		31/12/2023	
	R$	% S/PL Médio	R$	% S/PL Médio
Taxa de administração e gestão	8.403	0,31%	8.960	0,17%
Serviços contratados pelo Fundo	1.180	0,04%	648	0,01%
Auditoria e custódia	281	0,01%	540	0,01%
Taxa de fiscalização CVM	57	0,00%	477	0,01%
Outras despesas	131	0,00%	4.986	0,09%
Reversão de provisão de projetos	-	0,00%	550	0,01%
Total Geral	**10.053**	**0,36%**	**16.161**	**0,30%**

O percentual foi calculado sobre o patrimônio líquido médio no exercício de 31 de dezembro 2024, no montante de R$ 2.748.835 (R$ 5.339.887 em 2023).

13. Classe de cotas

O patrimônio do Fundo é representado por apenas uma classe de cotas.

A cota do Fundo corresponde a fração ideal de seu patrimônio. A cota fará jus a pagamentos de amortizações e será atribuído a cada cota o direito a um voto na Assembleia Geral de Cotista.

Em 31 de dezembro de 2024 o Fundo possuía a quantidade de 2.954.893 (2.954.893 em 2023) cotas contabilizadas ao valor de R$ 2.653.437 (R$ 2.966.201 em 2023).

14. Emissão, resgates, amortização, integralização e negociação de cotas

a. Emissão

O patrimônio a ser integralizado autorizado do Fundo será de até R$ 4.300.000. O patrimônio do Fundo será representado por 1 (uma) classe de cotas.

O prazo máximo para integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial foi de 5 anos, a contar da respectiva data de registro da primeira emissão na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os cotistas terão direito de preferência para subscrição de novas cotas, na proporção de suas respectivas participações no patrimônio do Fundo, na data da respectiva emissão. O direito de preferência e poderá ser exercido apenas na Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre a respectiva emissão.

O preço unitário de emissão das novas cotas será o maior dentre os seguintes valores: (i) O valor do patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de cotas emitidas em circulação na data de deliberação de cada emissão de novas cotas; ou (ii) O valor que venha a ser obtido pelo Administrador perante investidores interessados em adquirir novas cotas do Fundo.

As cotas do Fundo são integralizadas pelo respectivo preço de emissão, atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observado o disposto em cada compromisso de investimento firmado com os cotistas do Fundo.

O Fundo poderá emitir novas cotas por deliberação da Assembleia Geral, e desde que respeitadas às disposições no regulamento do Fundo e na legislação aplicável.

b. Resgates de cotas

Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração do Fundo ou de sua liquidação.

c. Amortização de cotas

O pagamento das amortizações será realizado de forma proporcional ao percentual integralizado por cada cotista.

Os pagamentos de amortização das cotas serão realizados em moeda corrente nacional, por qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Quando da realização de qualquer amortização de cotas, os recursos distribuídos aos cotistas serão considerados devolução do capital integralizado pelos cotistas do Fundo até que a referida amortização, em conjunto com as demais amortizações já realizadas, conforme o caso atinja o montante total equivalente ao capital integralizado pelos cotistas do Fundo, observado que o pagamento das amortizações será realizado de forma proporcional ao respectivo percentual do capital integralizado por cada cotista.

Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, nos termos do regulamento, todas as cotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente

nacional após o pagamento de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Não havendo recursos para tanto, será adotado o seguinte procedimento:

(i) O Administrador convocará uma Assembleia Geral de Cotistas, a qual deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos valores mobiliários e outros ativos do Fundo para fins de pagamento de amortização das cotas do Fundo;

(ii) Na hipótese da Assembleia Geral de Cotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos valores mobiliários e outros ativos, tais valores mobiliários e outros ativos serão dados em pagamento aos cotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada cotista será calculada de acordo com o percentual integralizado por cada cotista em relação ao valor total integralizado a época da liquidação, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação as responsabilidades estabelecidas no regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

(iii) Na hipótese descrita no subitem anterior, o Administrador deverá notificar os cotistas, (a) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de valores mobiliários e outros ativos, na forma do artigo n° 1.323 do Código Civil Brasileiro, (b) informando a proporção de valores mobiliários e outros ativos a que cada cotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os cotistas após a constituição do referido condomínio; e

(iv) Caso os cotistas não procedam à eleição do Administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo(s) cotista(s) que detenha(m) a maioria das cotas integralizadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve amortização de cotas no montante de R$ 235.500 (R$ 6.880.220 em 2023).

d. Integralização de cotas

As cotas serão integralizadas em moeda corrente nacional ou por meio de cotas do FIP e/ou valores mobiliários que atendam à política de investimento do FIP e demais requisitos previstos no regulamento, no regulamento do FIP e em observância à regulamentação aplicável, conforme solicitação do Administrador aos cotistas, nos termos do regulamento e do Compromisso de Investimento. A integralização das cotas poderá ocorrer por meio do Módulo de Distribuição de Ativos (MDA), operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), ou por outros sistemas operacionalizados por bolsa de valores ou mercado de balcão, a critério do Administrador.

Na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em cotas do FIP, e/ou para o pagamento de Encargos, os cotistas serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização das cotas que tenham sido subscritas por cada um dos cotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento (o valor que venha a ser efetivamente entregue, pelos cotistas, ao Fundo, a título de integralização de suas cotas, é doravante designado de “Capital Integralizado”).

O Administrador deverá encaminhar notificação por escrito, a cada um dos cotistas, solicitando a integralização parcial ou total das cotas originalmente subscritas pelos cotistas nos termos dos compromissos de investimento (“Requerimento de Integralização”).

As cotas serão integralizadas pelo respectivo preço de emissão, atualizado pelo IPCA, observado o disposto em cada compromisso de investimento firmado com os cotistas (“Preço de Integralização”).

Na hipótese de integralização de cotas em valores mobiliários, a Assembleia Geral de Cotistas deverá aprovar laudo de avaliação do valor justo dos valores mobiliários.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve integralização de cotas. (4.095 cotas pelo montante de R$ 7.376 em 2023).

e. Negociação de cotas
As cotas poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas. Todo cotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de cotas no mercado secundário deverá aderir aos termos e condições do regulamento, mediante assinatura do termo de adesão.

Caso um cotista alienante venha a alienar suas cotas a terceiros e/ou a outros cotistas antes do pagamento integral do preço de integralização das cotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo compromisso de investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese de o novo titular das cotas assumir integralmente as obrigações previstas no compromisso de investimento em nome do cotista alienante.
O Administrador deverá exigir a comprovação da qualificação disposta no regulamento para proceder a transferência de titularidade de cotas negociadas no mercado secundário.

Na hipótese de qualquer cotista desejar transferir suas cotas, deverá oferecê-las primeiramente aos cotistas, os quais terão o direito de preferência para adquiri-las, na proporção de sua participação no Fundo na data da respectiva oferta.

15. Evolução do valor da cota e rentabilidade

O valor do patrimônio líquido médio, o valor da cota e a rentabilidade do Fundo no exercício foram os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Rentabilidade do Fundo % (*)	(10,54)	(69,06)
Valor da cota	897,9807391	1.003,82667314
Patrimônio líquido médio R$/mil	2.748.835	5.339.887

(*) A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

A rentabilidade acima apresentada inclui o efeito das amortizações, não representando o efetivo resultado auferido pelos cotistas que foi 2,54% (2,68% em 2023) no exercício.

16. Serviços de gestão, custódia, tesouraria e outros serviços contratados

As cotas de fundos de investimento são custodiadas pelos respectivos administradores dos fundos, as ações e debêntures de companhias fechadas encontram-se registradas nos livros de ações sociais das respectivas companhias. Os serviços são prestados por:

Custódia: BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Controladoria: BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Escrituração: BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Gestão: Pátria Investimentos Ltda.
Tesouraria: BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

17. Transações com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as transações com partes relacionadas, resumiam-se em serviços de administração e custódia prestados pela BRL Trust Investimentos Ltda. e pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. respectivamente, conforme nota explicativa n° 11.

18. Divulgação de informações

O Administrador colocará à disposição dos interessados, em sua sede e/ou site, as seguintes informações:

Quadrimestralmente, em até 15 dias após o encerramento do quadrimestre civil a que se referirem, as informações referidas no Informe Quadrimestral;

Semestralmente, em até 150 dias após o encerramento do semestre a que se referirem, a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram; e

Anualmente, no prazo de até 150 dias contados a partir do encerramento do exercício, as demonstrações financeiras acompanhadas do parecer do auditor independente e do relatório do administrador e gestor.

19. Tributação

Os rendimentos auferidos na amortização de cotas do Fundo ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) incidente sobre a diferença positiva entre o valor de amortização ou liquidação e o custo de aquisição das cotas.

A forma de apuração e de retenção de imposto de renda na fonte descrita acima não se aplica aos cotistas que estão sujeitos a regimes de tributação diferenciados, nos casos previstos na legislação em vigor.

De acordo com o decreto nº 8.325 de 7 de outubro de 2014, passa a vigorar a partir desta data a alíquota de IOF de 0% nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais.

Em 12 de dezembro de 2023, entrou em vigor a Lei nº 14.754 que dispõe sobre a nova tributação de aplicações em fundos de investimentos, na qual os rendimentos das aplicações em fundos de investimentos ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF nas seguintes datas:

a) No último dia dos meses de maio e novembro; ou
b) Na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, caso ocorra antes.

Para os fundos de investimentos que forem enquadrados como entidade de investimento, e que cumpram os demais requisitos previstos na Lei, não estarão sujeitos à tributação periódica previstas no último dia dos meses de maio e novembro.

Para os fundos de investimentos que investem, direta ou indiretamente, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do seu patrimônio líquido nos fundos de investimentos imobiliários (“FII”), fundos de investimentos nas cadeias produtivas do agronegócio (“FIAGRO”), fundos de investimentos em participações em infraestrutura (“FIPs-IE”), e os fundos de investimentos de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, ficaram sujeitos ao tratamento tributário do artigo 24 desta Lei, sendo que os fundos, qualificados como entidades de investimentos, não estão sujeitos à tributação periódica.

20. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Não foi registrado pagamentos por serviços prestados pelo auditor externo do Fundo, além dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente promover os interesses destes.

21. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer destes contra a Administração do Fundo.

22. Alterações Estatutárias

No exercício de 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve alteração estatutária.

23. Outros assuntos

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução CVM nº 175 em 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos, em substituição à Instrução CVM nº 578. As alterações introduzidas pela nova resolução entraram em vigor a partir de 3 de abril de 2023, tendo os fundos em funcionamento adaptação até 30 de junho de 2025.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 28 de março de 2023 a Resolução CVM nº 181, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM nº 181 altera a entrada em vigor das novas regras de fundos de investimento para 02 de outubro de 2023.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 31 de maio de 2023 a Resolução CVM nº 184, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM nº 184 promove ajustes pontuais na Resolução CVM nº 175.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 31 de maio de 2023 a Resolução CVM nº 187, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM nº 184 promove ajustes pontuais na Resolução CVM nº 175.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 31 de maio de 2023 a Resolução CVM nº 200, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento, entre outros pontos, a Resolução CVM nº 200 altera a entrada em vigor das novas regras de fundos de investimento para 29 de novembro de 2024.

24. Antecipação de recebíveis

Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o Fundo realizou a antecipação dos direitos creditórios das debêntures de emissão das companhias Infraestrutura Brasil Holding III S.A. e Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A., com a Opea Securitizadora S.A., no montante de R$ 1.400.000 com vencimento de 20 de dezembro de 2027, sendo que o saldo de R$ 1.135.050 foi antecipado durante o exercício de 2023 e o saldo de R$ 272.101 foi antecipado durante o exercício de 2024.

A transação possuí as seguintes garantias:

(i) a alienação fiduciária das ações da IBH III e da IBH 33, bem como todos os direitos econômicos oriundos de tais ações; e

(ii) a cessão fiduciária de todos os direitos e créditos, atuais e/ou futuros, principais e acessórios, de titularidade da IBH III-A decorrentes de (i) Boletim de Subscrição Onerado e (ii) da Conta vinculada IBH III-A na qual serão depositados, de forma exclusiva, os recursos necessários para integralização do capital social da IBH III-A.

O contrato acima mencionado incluí um ajuste de valor conforme determinado no racional abaixo:

VAF = **Máx** [(Saldo das Debêntures Securitização – Valor de Recompra das Debêntures Lastro - Saldo da Conta Centralizadora); 0]

onde:

VAF: Ajuste Final do Valor da Cessão.

Saldo das Debêntures Securitização: significa o saldo do valor nominal unitário multiplicado pela quantidade de Debêntures Securitização (conforme definido no Contrato de Cessão), acrescido da remuneração das Debêntures Securitização, em conformidade com o disposto na Escritura de Emissão das Debêntures Securitização, e eventuais encargos moratórios aplicáveis nos termos ali previstos, apurado com relação à data de pagamento do Ajuste Final do Valor da Cessão.

Valor de Recompra das Debêntures Lastro: significa o valor calculado nos termos do Contrato de Cessão ou zero, caso, na data de pagamento do Ajuste Final do Valor da Cessão, o Valor de Recompra das Debêntures Lastro tenha sido pago ou inexista. Saldo da Conta Centralizadora: significa o valor do saldo da Conta Centralizadora, na data de verificação do Ajuste Final do Valor da Cessão.

No exercício social de 31 de dezembro de 2024 foi provisionado e reconhecido no resultado o montante de R$ 220.032 (R$ 0 em 2023) a título de Ajuste de valor da cessão.

Movimentação 2024:

Antecipação de recebíveis	31/12/2023	Recebimento	Pagamento de juros/amortização (*)	Ajuste de valor da cessão	31/12/2024
Direitos creditórios de debêntures	1.135.050	272.101	(30.261)	220.032	1.596.922

(*) O Pagamento mencionado não foi transacionado via caixa do Fundo, o valor se refere a uma amortização do Earn-out Entrevias ao qual já foi utilizado para pagamento dos direitos creditórios via transferência direta pela companhia.

Movimentação 2023:

Antecipação de recebíveis	31/12/2022	Recebimento	31/12/2023
Direitos creditórios de debêntures	-	1.135.050	1.135.050

25. Eventos subsequentes

Em 28 de fevereiro de 2025, a Fundo recebeu o valor de R$ 36.630, referente ao pagamento de earn-out acordado na venda parcial da investida Califórnia Infraestrutura Holding S.A. O pagamento mencionado não foi transacionado via caixa do Fundo, uma vez que o valor pago pelos compradores foi destinado diretamente para a conta restrita da operação de antecipação de recebíveis, conforme definido pelo Contrato de Cessão de Direitos Creditórios celebrado entre o Fundo e a Opea Securitizadora S.A. e detalhado na nota explicativa nº 7.

* * *

Luiz Carlos Altemari
Contador CRC1SP16561-7

Marcelo Vieira Francisco
Diretor responsável